

BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A.

CNPJ nº 11.867.422/0001-85

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Diretoria

| Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
|--|--------------------|---------------|----------------|
| | Notas explicativas | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | |
| Ativo Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 16 | 1 |
| Partes relacionadas | 6 | 35.000 | 70.000 |
| Outros ativos | | 71 | 66 |
| | | 35.087 | 70.067 |
| Ativos mantidos para venda | 5 | – | – |
| Total do ativo circulante | | 35.087 | 70.067 |
| Não circulante | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 48.067 | 49.699 |
| Depósitos judiciais | | 27 | – |
| Total do ativo não circulante | | 48.094 | 49.699 |
| Total do ativo | | 83.181 | 119.766 |

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações contábeis

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | | | |
|--|----------------|----------------------|-----------------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 107.253 | (43.390) | 63.863 |
| Prejuízo do exercício | – | (28.372) | (28.372) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 107.253 | (71.762) | 35.491 |
| Prejuízo do exercício | – | (10.427) | (10.427) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 107.253 | (82.189) | 25.064 |

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações contábeis

| Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 | | | |
|---|--|--|--|
|---|--|--|--|

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A. (atual denominação da OAS Soluções Ambientais S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 15, ("BEYOND" ou "Companhia") foi constituída em 12 de março de 2010. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada na Rua Pais Leme, número 524 conjunto 123, 12º andar - Pinheiros/SP. Tem como objeto social: i) empreender e investir, de forma direta e indireta, em empreendimentos de infraestrutura pública ou privada do setor de saneamento, no Brasil e no exterior; ii) construir, reformar, ampliar, implementar, prestar serviços, explorar, comercializar e operar, direta ou indiretamente, mediante concessão, permissão, autorização, parceria público-privada ou outros, projetos de infraestruturas, instalações operacionais e prestação de serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (inclusive os domésticos, industriais e hospitalares), drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, transposição e fornecimento de água para uso residencial, comercial ou industrial, tratamento de efluentes residenciais, comerciais e industriais e demais projetos de saneamento, podendo, para tanto, participar de licitações nacionais e internacionais, sob qualquer modalidade; iii) realizar todas as atividades necessárias ou acessórias ao cumprimento de seu objeto social; e iv) constituir e participar, no âmbito de atuação como acionista ou cotistas de outras sociedades, como cotista ou investidora de fundos de investimento e outros veículos de investimento e como consorciada ou associada em consórcios de sociedades e outras formas de associação com ou sem personalidade jurídica, no Brasil e no exterior. **Covid-19:** A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia. **1.1 Recuperação Judicial da METHA S.A.:** Em 31 de março de 2015, a controladora indireta METHA e outras companhias do Grupo METHA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito, e (iii) recente antecipação de vencimentos da maior parte do endividamento da controladora; ajizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A METHA e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da METHA, em conjunto com as controladas em recuperação. Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA, decisão essa transitada em julgado em 20 de setembro de 2021.**1.2 Acordos com órgãos públicos firmados pela METHA S.A.: Acordo de Leniência:** A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 (um bilhão, novecentos vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil), em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública. **Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica):** Até 31 de dezembro de 2021, a Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("Construtora COESA") celebrou, no total, cinco Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 226.343 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. **1.3 Reestruturação societária do Grupo METHA ("M&A"):** Em maio de 2021, a METHA S.A., com o objetivo de adequar seu planejamento estratégico, restringiu sua participação em determinados negócios relacionados a área de engenharia e em determinados ativos de infraestrutura. O processo de reestruturação societária incluiu a transferência de ações de determinadas controladas para um Fundo de Investimentos que assumiu os direitos e obrigações dessas empresas. Essa reestruturação não alterou o controle ou as operações da Companhia.**2. Entidades do Grupo:** A lista a seguir apresenta a participação na empresa controlada:

| País | Participação no capital social | |
|--------|--------------------------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Brasil | 100% | 100% |

3. Base de preparação e políticas contábeis: 3.1 Base de preparação: A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 30 de junho de 2022, nas quais consideramos os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS). a) **Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. b) **Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. c) **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com os CPCs, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e baseiam-se na experiência histórica entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, assim como análise do risco para determinação de provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.2 Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente no exercício anterior apresentado: a) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias de data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são

| Passivo e patrimônio líquido Circulante | | | |
|---|--------------------|---------------|----------------|
| | Notas explicativas | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | |
| Fornecedores | | 261 | 215 |
| Empréstimos | 8.1 | 32.540 | 36.690 |
| Salários, provisões e contribuições sociais | | 542 | 696 |
| Tributos e contribuições a recolher | | 207 | 1.016 |
| Total do passivo circulante | | 33.550 | 38.617 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 8.1 | 11.735 | – |
| Debêntures | 8.2 | 12.832 | – |
| Partes relacionadas | 6 | – | 45.658 |
| Total do passivo não circulante | | 24.567 | 45.658 |
| Patrimônio líquido | 9 | | |
| Capital social | | 107.253 | 107.253 |
| Prejuízos acumulados | | (82.189) | (71.762) |
| Total do patrimônio líquido | | 25.064 | 35.491 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 83.181 | 119.766 |

registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado, para os quais os custos e receitas são registrados diretamente no resultado do exercício. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: b.1) Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Tais instrumentos financeiros são apresentados como ativo circulante e compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, e outros ativos os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva. A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa, considerando o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda, e o seu valor em uso. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. b.2) Passivos financeiros: Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pela taxa de juros efetiva. Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão compreendidos por contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, títulos a pagar por aquisição de controlada e outras obrigações. c) **Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes e os grupos de ativos não classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis, mesmo se após a venda ainda retenha participação na empresa. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou *joint venture*, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou *joint venture* que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa da Companhia sobre a coligada ou *joint venture*. Após a alienação, o Grupo contabiliza qualquer participação detida na coligada ou *joint venture* de acordo com a IFRS 09 (equivalente ao CPC 48), a menos que a participação detida continue sendo uma coligada ou *joint venture*, caso a Companhia use o método de equivalência patrimonial. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. d) Outros ativos e outras obrigações: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e se custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-las. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. e) Impostos e contribuições: e.1) Impostos de renda correntes: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. e.2) Impostos diferidos: O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. f) Reconhecimento de receitas **Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não foram identificadas incertezas acerca das estimativas contabilizadas. h) Novas normas que ainda não estão em vigor: A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações oua) **Informações sobre a investida:**

| Controlada | Participação (%) | | |
|------------|------------------|------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| SAGUA | 100,00% | 100,00% | 37,664 |

A SAGUA iniciou suas operações conforme previsto no Contrato de Parceria Público-Privada ("PPP"), assumindo plenamente a operação de três Estações de Tratamento de Esgotos e adotando imediatamente as providências necessárias para a contratação dos financiamentos necessários para fazer frente aos investimentos previstos. Nesse sentido, destacam-se à época: (i) a obtenção de quatro propostas de instituições financeiras privadas para a concessão de empréstimo ponte no valor de R\$ 300 Milhões e (ii) o enquadramento da concessão junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal para a obtenção de financiamento de longo prazo ao redor de R\$ 700 Milhões. SAGUA e SAAE celebraram um Contrato de Parceria Público-Privada em 28/08/2014. O SAAE deixou de efetuar suas principais obrigações contratuais acarretando danos à SAGUA e à prestação dos serviços. Durante três anos a SAGUA manteve ininterruptamente a prestação dos serviços essenciais à população de Guarulhos e, diante dos inadimplementos, entrou com uma Ação de Execução de Obrigação de Fazer com Pedidos Acatelatórios e uma Tutela de Urgência contra o SAAE em 26/10/2017 (processo nº 1040299-19.2017.8.26.0224, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos). Em 11 de dezembro de 2017, o SAAE notificou a SAGUA quanto ao Processo Administrativo nº 8428/2017, determinando a caducidade do contrato de PPP e, em fevereiro de 2019, foi instituída a intervenção na Concessão (Decreto 35568), que durou até 25 de agosto de 2019. Como forma de buscar o fim da Intervenção, evitar a decretação de caducidade e que o Município e o SAAE cumprissem com os termos acordados no Contrato de PPP, franqueassem acesso aos

| Demonstrações dos resultados | | | |
|--|--------------------|------------|----------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
| | Notas explicativas | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | |
| Despesas gerais e administrativas | 10 | (1.023) | (1.212) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 10 | – | (18.232) |
| Despesas operacionais | | (1.023) | (19.444) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | | (1.023) | (19.444) |
| Receitas financeiras | | 6 | 164 |
| Despesas financeiras | | (9.410) | (9.092) |
| Resultado financeiro, líquido | 11 | (9.404) | (8.928) |
| Prejuízo antes do IR e CS | | (10.427) | (28.372) |
| Prejuízo do exercício | | (10.427) | (28.372) |

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações contábeis

| Demonstrações dos resultados abrangentes | | | |
|--|--------------------|------------|----------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
| | Notas explicativas | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | |
| Prejuízo do exercício | | (10.427) | (28.372) |
| Outros resultados abrangentes | | – | – |
| Total do resultado abrangente do exercício | | (10.427) | (28.372) |

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações contábeis

| Demonstrações dos fluxos de caixa | | | |
|--|--------------------|------------|----------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
| | Notas explicativas | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social | | (10.427) | (28.372) |
| Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos | | 8.452 | 8.240 |
| Ajustes de repactuação de dívida | | – | – |
| Custo de captação de dívida | 8 | 1.120 | – |
| Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") | 10 | – | 18.232 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: Impostos a recuperar | | – | 396 |
| Outros ativos | | (32) | (66) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores | | 46 | 103 |
| Salários, provisões e contribuições sociais | | (154) | 313 |
| Tributos e contribuições a recolher | | (809) | 270 |
| Parcelamento de tributos federais | | – | (170) |
| Outros passivos | | – | 2 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | | (1.804) | (1.052) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Empréstimos recebidos de terceiros | 8 | 23.263 | 34.203 |
| Debêntures | 8 | 11.300 | – |
| Empréstimos recebidos de partes relacionadas | 6 | 443.504 | 45.658 |
| Empréstimos pagos a terceiros | 8 | (22.826) | (36.293) |
| Empréstimos pagos a empresas ligadas | 6 | (452.530) | (39.480) |
| Juros pagos | 8 | (892) | (3.036) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | | 1.819 | 1.052 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | | 15 | – |
| Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício | 4 | 1 | 1 |
| No final do exercício | 4 | 16 | 1 |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | | 15 | – |

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações contábeis

montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A sociedade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 - efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Sociedade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado: resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Sociedade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; Alteração da norma IAS 37 - Contratos onerosos: custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Sociedade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; Alteração da norma IFRS 3 - referências à estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Sociedade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; Alteração da norma IFRS 17 - contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Sociedade não espera impactos nas suas demonstrações contábeis; Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Sociedade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; Alteração da norma IAS 12 - Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos de ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Sociedade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. **Caixa e equivalentes de caixa:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------|------------|------------|
| Caixa e bancos | 16 | 1 |
| Total | 16 | 1 |

5. **Ativos mantidos para venda:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| SAGUA | 18.232 | 18.232 |
| (-) Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") | (18.232) | (18.232) |
| Total | – | – |

Em consonância com os meios de recuperação, o Grupo METHA pretende alienar suas participações societárias em empresas do segmento que esteja fora do seu novo plano de negócios. A Administração está comprometida com a venda da maioria desses ativos, nesse momento considera alienar suas participações societárias em empresas do segmento de serviços públicos de tratamento e destinação final de esgotos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia mantém registrada perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") do ativo não circulante mantido para venda SAGUA no montante de R\$ 18.232.processos administrativos relacionados ao Contrato de PPP, além de requerer as devidas consequências dos inadimplementos e arbitrariedades cometidos pelo SAAE e Município de Guarulhos, em 16 de abril de 2019 a SAGUA instaurou um procedimento de árbitro provisório contra SAAE e o Município de Guarulhos perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP: O árbitro provisório rejeitou as solicitações feitas pela SAGUA e em razão de fatos novos, em 26 de julho de 2019, a SAGUA instaurou um novo procedimento de árbitro provisório e a presente arbitragem contra os Requeridos perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP. **Ações judiciais:** Foram ajuizadas as seguintes ações: (i) Ação Civil Pública ("ACP") nº 1041125-40.2020.8.26.0224 ("ACP") e (ii) Ação Anulatória nº 1017778-41.2021.8.26.0224, ambas em trâmite junto à 1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos (TJSP). Na ACP ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo ("MPSP") em 03 de dezembro de 2020, além de se discutir a regularidade da execução do contrato e de se buscar o ressarcimento ao erário de valores que sequer foram pagos à SAGUA (matéria geral), o parquet buscou desconstituir a arbitragem. O MPSP requereu, liminarmente, a suspensão da arbitragem, e, no mérito, a declaração de nulidade da cláusula arbitral, sob a alegação de que a matéria discutida na arbitragem envolve direito indisponível. O pedido liminar foi indeferido pelo juízo de 1º grau. O MPSP interpôs o Agravo de Instrumento (AI) nº 2000784-11.2021.8.26.0000 com pedido liminar contra a decisão de 1ª instância. O relator do AI também indeferiu a tutela recursal pleiteada

→ continuação **Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A.** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

defesa tanto na ACP quanto no AI correspondente e até a emissão das demonstrações contábeis ambos os processos estão pendentes de julgamento de mérito. Em 19 de fevereiro de 2021, foi concluída a primeira fase da arbitragem tendo sido proferida sentença parcial favorável à SAGUA. A segunda fase foi iniciada em 16 de julho de 2021 e está em curso, na qual serão analisados pedidos de retomada do contrato de PPP com reequilíbrio econômico-financeiro e/ou pagamento da indenização à SAGUA pelo término antecipado do contrato.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|----------------|
| 6. Partes relacionadas: | | |
| Ativo | | |
| Metha S.A. | – | 16.433 |
| CERTHA Investimentos S.A. | 80.195 | 97.122 |
| COESA Logística e Comércio Exterior S.A. (atual denominação da OAS Logística e Comércio Exterior S.A.) (i) | – | 4.022 |
| Outros | 2.873 | 2.122 |
| Total | 83.067 | 119.699 |
| Ativo circulante | 35.000 | 70.000 |
| Ativo não circulante | 48.067 | 49.699 |
| | 83.067 | 119.699 |

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|---------------|
| Passivo não circulante | | |
| Construtora COESA S.A. (i) | – | 38.745 |
| Metha S.A. | – | 2.548 |
| COESA Engenharia Ltda. (i) | – | 4.358 |
| FLAMMA PET e Gás S.A. (atual denominação da OAS Petróleo e Gás S.A.) | – | 7 |
| Total | – | 45.658 |

Referem-se aos saldos de conta corrente entre as partes, sem incidência de encargos financeiros. (i) Em 2021, os saldos foram cedidos para a Metha S.A.: A movimentação ocorrida no exercício de 2021 é a seguinte:

| | |
|------------------------|---------------|
| Saldo inicial, líquido | 74.041 |
| (-) recebimentos | (443.504) |
| (+) envio de recursos | 452.530 |
| Saldo final | 83.067 |

7. Instrumentos Financeiros: Os Instrumentos Financeiros ativos e passivos são incluídos no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos, contas a pagar a fornecedores, concessão de serviços públicos, títulos a pagar por aquisição de controlada e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

| | Encargos | Ano de | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------|--------------|--------------------|-------------------|---------------|
| Modalidade | Moeda | financeiros | vencimento | |
| Capital de giro | R\$ | 1,60% a.m. | 2023 | 2023 |
| | | | 44.275 | 36.690 |
| | | | 44.275 | 36.690 |
| Passivo circulante | | | 32.540 | 36.690 |
| Passivo não circulante | | | 11.735 | – |
| Total | | | 44.275 | 36.690 |

A Diretoria

A movimentação ocorrida no exercício de 2021 é a seguinte:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 36.690 | 33.594 |
| Liberação de recursos | 23.263 | 34.203 |
| Juros provisionados | 6.920 | 8.222 |
| Custo de captação | 1.120 | – |
| Pagamentos de principal | (22.826) | (36.293) |
| Pagamentos de juros | (892) | (3.036) |
| Saldo final | 44.275 | 36.690 |

8.2 Debêntures: Em 31 de julho de 2021, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor de R\$ 11.300. As debêntures foram objeto de colocação privada.

| | Encargos | Ano de | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------|--------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| Modalidade | Moeda | financeiros | vencimento | |
| Debêntures simples | R\$ | CDI + 1,3% a.m. | 2024 | 2024 |
| | | | 12.832 | – |
| | | | 12.832 | – |
| | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| | | | – | – |
| Saldo inicial | | | 11.300 | – |
| (+) Adição | | | 1.532 | – |
| (+) Provisão de encargos financeiros | | | – | – |
| Saldo final | | | 12.832 | – |

9. Patrimônio líquido: **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 107.253, representado por 53.626.381 ações ordinárias e 53.626.381 ações preferenciais. **Apropriação do lucro:** O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não auferiu lucro em 2021 e 2020. **Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|----------------|-----------------|
| Provisão para redução do valor recuperável ("impairment") | – | (18.232) |
| Gastos com pessoal e terceiros | (143) | (947) |
| Gastos gerais | (292) | (265) |
| Impostos e taxas | (587) | – |
| Total | (1.023) | (19.444) |
| Despesas gerais e administrativas | (1.023) | (1.212) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | – | – |
| Total | (1.023) | (19.444) |

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| 11. Resultado financeiro líquido: | | |
| Receitas financeiras | | |
| Juros recebidos e auferidos sobre: | | |
| Aplicações financeiras | – | 2 |
| Títulos a receber | – | 158 |
| Impostos a recuperar | 6 | 4 |
| | 6 | 164 |

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Despesas financeiras | | |
| Juros pagos e provisionados sobre: | | |
| Obrigações fiscais e sociais | (30) | (18) |
| Empréstimos e financiamentos | (6.920) | (8.222) |
| Debêntures | (1.532) | – |
| Comissões e despesas bancárias | (928) | (852) |
| | (9.410) | (9.092) |
| Total | (9.404) | (8.928) |

12. Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

Contadora: Valquíria Aparecida das Dores Batista - CRC 1SP 256849/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A. (atual denominação da OAS Soluções Ambientais S.A.)** - São Paulo - SP. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis: Investimento - Ativo disponível para venda:** Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o investimento na controlada SAGUA - Soluções Ambientais de Guarulhos S.A. ("SAGUA") como disponível para venda há mais de três anos. Até a emissão dessas demonstrações contábeis, não nos foram apresentados os respectivos planos de venda para os próximos doze meses. Conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, para que o ativo seja classificado como disponível para venda, a Companhia precisa estar comprometida com o plano de venda, bem como se espera que a venda se qualifique como concluída em até um ano. Considerando-se que não estão mais satisfeitas as condições para que esses ativos permaneçam como disponíveis para venda, a Companhia deveria incluir no resultado os ajustes decorrentes dessa alteração, bem como refletir os impactos nas demonstrações contábeis dos períodos retrospectivos, desde a classificação como mantido para venda. Se a Companhia tivesse efetuado a análise da mudança de classificação dos ativos disponíveis para venda, certos elementos das demonstrações contábeis poderiam ser afetados de forma relevante. Adicionalmente, as demonstrações contábeis da controlada SAGUA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Dessa forma, não conseguimos, por meio de exames alternativos, assegurar sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de ativo e passivo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Saldos com partes relacionadas:** Conforme descrito na Nota Explicativas nº 6 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta valores a receber junto a partes relacionadas no montante total de R\$ 83.067 para os quais não recebemos a conciliação. Adicionalmente, a Companhia não nos apresentou evidência apropriada e suficiente sobre a recuperabilidade dos referidos valores. Consequentemente, não conseguimos, por meio de exames alternativos, assegurar sobre a correta apresentação, mensuração e realização dos respectivos saldos de ativo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Ausência de apresentação de demonstrações contábeis consolidadas:** A Companhia não está divulgando demonstrações contábeis consolidadas em conjunto ou separadamente às demonstrações individuais, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Se a Companhia tivesse apresentado as demonstrações contábeis consolidadas, certos elementos das demonstrações contábeis poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos da não

representação de demonstrações contábeis consolidadas não foram determinados. Nossa responsabilidade foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encerrou com prejuízo de R\$ 10.427 e prejuízos acumulados de R\$ 82.189. Adicionalmente, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis, onde a Companhia divulga que sua controladora indireta METHA S.A. ("METHA"), juntamente com sua controladora direta CERTHA Investimentos S.A. ("CERTHA") e outras empresas do Grupo METHA não relacionadas diretamente à Companhia, entraram em recuperação judicial em 31 de março de 2015 e tiveram seu plano de recuperação judicial homologado em 27 de janeiro de 2016. Em decisão proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA. Esse fato compreende um importante marco, dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo METHA, no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Todavia, seus efeitos positivos dependerão do sucesso das próximas ações que representam eventos futuros, os quais, nesse momento, não há como prevê-los. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo METHA. Desta forma, a continuidade operacional da Companhia depende do sucesso da implementação das ações operacionais das suas controladoras, direta e indireta, após o fim do processo de Recuperação Judicial. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Ênfase - Acordo global - Órgãos públicos (processo de investigações em andamento):** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, que envolvem ex-executivos e empresas do Grupo METHA. O referido grupo assinou acordos com órgãos públicos se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929.257 e R\$ 226.343 como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos firmados pelo Grupo METHA, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas controladoras, direta e indireta, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | (10.427) | (28.372) |
| Alíquota nominal do IR e CS | 34% | 34% |
| | 3.545 | 9.646 |
| (-) Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos | (3.545) | (9.646) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | – | – |
| Correntes | – | – |
| Diferidos | – | – |
| Total | – | – |

13. Gestão de risco: As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas podem estar expostas, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa. A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia e suas controladas, aprovadas pela administração, que fornece os princípios por escrito relacionados aos riscos de moeda estrangeira. A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **Riscos de crédito:** *Contas a receber:* O risco surge da possibilidade da Companhia virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a concessão. *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:* Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e contratados com taxas variáveis. A Companhia possui a maior parte de seus empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes (majoritariamente vinculadas à variação do CDI). **Risco de liquidez:** Os principais passivos financeiros da Companhia são fornecedores. **Gestão de risco de capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, por meio da otimização do custo de capital, retorno das aplicações financeiras e otimização do valor do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não considera assumir riscos financeiros, a não ser aqueles restritos ao financiamento de suas atividades principais. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e o patrimônio líquido da Companhia. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A Companhia revisa periodicamente os riscos relacionados às instituições financeiras nas quais aplicam seu caixa. Como parte dessa revisão, a Companhia e suas controladas consideram o rating das instituições financeiras e o comportamento das moedas às quais ela está ou estará exposta. **14. Transações não envolvendo caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, as quais não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: **31/12/2021 31/12/2020**
Repactuação de dívidas (84.820) –

15. Eventos subsequentes: Alteração da razão social: Em 13 de janeiro de 2022, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de OAS Soluções Ambientais S.A. para BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A.

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 28 de junho de 2022

IBDO

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Manuel Perez Martinez Junior

Contador - CRC BA 025458/O-0 - S - SP



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>